
Dossiê: Fascismos, 100 anos depois

<https://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2022.v28.37438>

As relações entre os governos fascistizados de Franco e Vargas no contexto da Guerra Civil Espanhola (1936-1939)

Relations between the Franco and Vargas fascistized governments in the context of the Spanish Civil War (1936-1939)

Relaciones entre los gobiernos fascistizados de Franco y Vargas en el contexto de la Guerra Civil Española (1936-1939)

*Eliane Venturini de Oliveira**

<https://orcid.org/0000-0002-5644-3797>

RESUMO: Este artigo apresenta uma breve análise dos governos de Getúlio Vargas no Brasil e de Francisco Franco na Espanha - ambos com características próximas ao fascismo – e de suas relações no período da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), considerada um dos exemplos da personificação dos embates entre os grupos de esquerda e de direita de sua época. Este artigo busca demonstrar que ambos os governos podem ser classificados como “fascistizados”, ou seja, possuem características que os aproximam da definição clássica de fascismo, mas ao mesmo tempo mantêm outros aspectos que os afastam da classificação tradicional.

Palavras-chave: Fascismo. Guerra Civil Espanhola. Vargas. Franco.

ABSTRACT: This paper presents a brief analysis of Getúlio Vargas' government in Brazil and Francisco Franco's government in Spain - both bearing close resemblances to fascism – and their exchanges in the Spanish Civil War period (1936-1939), which is considered as an example of the personification of clashes between left-wing and right-wing groups of that era. This article seeks to demonstrate that both governments can be classified as "fascistized", that is, they have

* Doutora em História Contemporânea pela Universitat de València/Espanha (título reconhecido no Brasil pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP). Tese de Doutorado: “Republicanos y rebeldes más allá de las fronteras: Brasil y la Guerra Civil Española”. Professora de História na rede privada de ensino. Áreas de estudo: Guerra Civil Espanhola; Era Vargas; fascismos; repressão no governo Arthur Bernardes. E-mail: venturinieliane@hotmail.com

characteristics that bring them closer to the classical definition of fascism, but at the same time maintain other aspects that keep them from the traditional classification.

Keywords: Fascism. Spanish Civil War. Vargas. Franco.

RESUMEN: Este artículo presenta un breve análisis entre los gobiernos de Getúlio Vargas en Brasil y de Francisco Franco en España, ambos con características próximas al fascismo, dentro del contexto de la Guerra Civil Española (1936-1939), considerada uno de los ejemplos de la personificación de los embates entre los grupos de izquierda y derecha de su época. Este artículo busca demostrar que ambos gobiernos pueden ser clasificados como "fascistizados", es decir, tienen características que los acercan a la definición clásica de fascismo, pero al mismo tiempo mantienen otros aspectos que los alejan de la clasificación tradicional.

Palabras clave: Fascismo. Guerra Civil Española. Vargas. Franco.

Como citar este artigo:

Oliveira, Eliane Venturini de. "As relações entre os governos fascistizados de Franco e Vargas no contexto da Guerra Civil Espanhola (1936-1939)". *Locus: Revista de História*, 28, n.2 (2022): 223-237.

A simpatia de Getúlio Vargas pelos regimes autoritários europeus nunca foi algo que tenha sido mantido sob um manto de sigilo: o mandatário brasileiro, em alguns momentos, deixou pública sua admiração por Mussolini e Hitler. Entretanto, havia um outro membro do espectro fascista europeu com o qual Vargas passou a manter uma relação bastante cordial nos anos 30: trata-se de Francisco Franco, general espanhol, chefe de uma sublevação militar que mergulharia seu país em uma guerra civil. A interação entre os governos de Francisco Franco e Getúlio Vargas durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) – considerada uma das mais emblemáticas guerras da História, por ser uma encarnação da luta ideológica entre fascismo e comunismo - nos permite avaliar como a ideologia fascista aproximou estes governos e como ambos interagem entre si.

Apesar da vitória franquista na guerra ter ocorrido somente em abril de 1939, neste estudo considera-se como início do governo franquista a data da eclosão do levante militar liderado pelo General Francisco Franco contra a Segunda República Espanhola (1931-1939) - visto que apesar de Franco não possuir representantes oficiais no Brasil durante o período da guerra, rapidamente formou-se uma representação extraoficial; esta representação estabeleceu contatos com membros do governo de Vargas tão logo o conflito se estabeleceu em terras espanholas, e atuou intensamente

para tentar conseguir que o governo brasileiro reconhecesse oficialmente o governo de Franco ainda durante o conflito.

Antes de adentrarmos nos fatos propriamente ditos ocorridos na relação entre os governos citados, faz-se necessária uma pequena análise sobre o componente ideológico que aproximou esses dois governantes; afinal, não seria possível realizar um trabalho a respeito de fascismo e fascistização sem discutir a esfera ideológica destes processos. A análise das características de um governo suscita algumas vezes acalorados debates no que diz respeito a uma possível classificação. E no que concerne aos governos contemporâneos ao fascismo italiano, estes debates geram conclusões bastante diversificadas, devido à dificuldade de se caracterizar de forma absolutamente definida até mesmo o mais explícito dos fascismos. Nas páginas seguintes, aplicaremos um conceito mais genérico – e não necessariamente simplista – sobre fascismo e fascistização para chegarmos a um denominador comum, dada a natural limitação que o tamanho de um artigo impõe.

No caso proposto, serão contextualizados dois governos que possuíam uma admiração em comum pelos fascismos: no caso do Brasil, o governo de Getúlio Vargas (que subiu ao poder com a Revolução de 1930 e foi deposto em 1945); no caso da Espanha, o governo de Francisco Franco (que foi considerado líder da sublevação militar em julho de 1936 e se manteve no poder até sua morte em 1975). Apesar das diferenças de longevidade entre ambos os regimes, será utilizado como marco temporal a Guerra Civil Espanhola, ou seja, de 17 de julho de 1936 até 1 de abril de 1939. Tal delimitação deste estudo ao período da guerra deve-se ao fato de que foi justamente neste período que o componente ideológico estava mais intenso, e que se estabeleceu um maior contato entre ambos os governos.

Como dito acima, a classificação de alguns governos muitas vezes gera pontos de discordância sobre determinados aspectos analisados. Tome-se como exemplo o próprio caso do governo de Benito Mussolini, que liderou a Itália entre 1922 e 1945. Apesar de ter sido o fundador do Partido Nacional Fascista em 1921, e de que a atuação de seu grupo tenha sido decisiva para que o movimento fascista chegasse de forma mais intensa às massas com o passar do tempo, não há entre os historiadores um consenso monolítico para a classificação até mesmo deste que é considerado o “molde mestre” para outros fascismos ao redor do mundo.

Assim, mesmo para uma análise de governos que se utilizaram apenas de acessórios fascistas (como no caso de Vargas) ou daqueles que se utilizaram dessa ideologia de forma mais explícita (como nota-se em Franco), percebe-se um leque bastante amplo de conceitualizações – com diferentes focos, e interpretando características diversas destes regimes. Desta forma, dada a

impossibilidade de abarcar todas as abordagens, o presente trabalho opta por se centrar em algumas concepções mais específicas, entendidas aqui como precisas e relevantes para o caso em tela.

Para o desenvolvimento deste raciocínio, torna-se necessária uma apresentação das características mais destacadas do governo de Vargas e de Franco, a fim de traçar um panorama dos pontos nos quais ambos se aproximam - e, conseqüentemente, aqueles nos quais se distanciam - da rotulagem de fascistas, para assim compreendermos em qual momento houve um sentimento de identidade entre esses governantes. Vejamos inicialmente o caso brasileiro: Vargas adotou um governo ditatorial a partir de novembro de 1937, com a implantação do Estado Novo. Nascia ali uma Constituição outorgada que concentraria poderes nas mãos do presidente, que se apresentava como o grande responsável pela salvação da nação, então “sob a funesta iminência da guerra civil” devido à “infiltração comunista”, conforme descrito no preâmbulo daquele documento (Brasil 1937). Apresentar-se como a solução para evitar uma suposta ameaça comunista internacional caiu como uma luva para justificar a implantação de um governo autoritário; afinal, a instrumentalização do afeto do medo para construir a imagem de um inimigo comum a fim de servir interesses autoritários é um ciclo recorrente na História Ocidental (Agamben 2003).

Entretanto, não devemos esquecer as tendências autoritárias que Vargas já havia demonstrado em anos anteriores. Como exemplo, basta lembrar que ao assumir o poder através da Revolução de 1930, Vargas não se apressou em convocar uma Assembleia Constituinte; na verdade, governou comodamente através de decretos - sem a existência de um Legislativo - durante o período do Governo Provisório (1930-1934). Sua postura mudaria somente com a pressão exercida pelos paulistas em uma revolta em 1932, quando finalmente aprovou a convocação de eleições para uma Assembleia Constituinte. E ainda assim, Vargas manteve seu poder sem grandes empecilhos até a conclusão do processo da elaboração desta Constituição.

Apesar desta espécie de “ensaio” de ditadura durante o Governo Provisório, que já denotava suas fortes tendências autoritárias, a vestimenta mais explicitamente semelhante a um fascismo seria adotada a partir do golpe de 1937. A começar pelo nome dessa nova fase de seu governo: Estado Novo. Não por acaso, Vargas tomou emprestado o nome da ditadura de António de Oliveira Salazar, em Portugal, que continha fortes matizes fascistas, para deixar claro quais seriam as diretrizes adotadas a partir de então: centralização do poder com um ferrenho antiliberalismo; perseguição a opositores - especialmente os comunistas, elevados à categoria de inimigos número 1 -; censura, enfim, o combo completo de uma ditadura. Acrescente-se a isso um estilo de governo bastante personalista (Payne 1996), e o Estado Novo de Vargas se encaixaria perfeitamente na classificação de parafascista (Griffin 1995).

Contudo, há que se considerar que se nos limitarmos a analisar apenas esses pontos, veremos que não há grandes diferenças entre estas características e as que podemos encontrar nas autocracias em geral (Kogan 1974). Mesmo quando consideramos alguns matizes mais característicos do fascismo, como por exemplo o culto à figura de Vargas – exaustivamente moldado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) como “pai dos pobres” –, seria mais fácil classificá-lo como um dos vários populismos de seu período do que um fascismo, devido ao seu papel de líder carismático (Entrena-Durán 1996; Alcázar 2000).

O que se apresenta como um fator dificultador da classificação de Vargas como mais um fascismo de sua época é que, da mesma maneira em que há atributos marcadamente fascistas como os citados acima, também é perceptível que alguns pontos do fascismo italiano não foram abraçados por Vargas. E, nesse quesito, os exemplos são diversos. Tomemos como base algumas das características clássicas do fascismo consideradas por Stanley G. Payne (1996): destaquemos, inicialmente, a ideologia totalitarista. Este item, tão presente nesses movimentos, não pode ser aplicado no caso brasileiro. Por mais que Vargas destacasse o nacionalismo e o patriotismo como fundamentos do Estado Novo, seu discurso e sua atuação nunca seriam próximos ao totalitarismo apregoado por Mussolini: “tudo no Estado, nada contra o Estado, e nada fora do Estado”.

Outro tópico seria a estética fascista, especialmente o uso de símbolos que identificassem o partido único no poder. Vargas não desenvolveu nada parecido ao *fascio* italiano, à suástica nazista ou até mesmo ao feixe de flechas da Falange Espanhola, o partido fascista espanhol. Aliás, sequer havia um partido único, já que com a implantação do Estado Novo em 1937 todos os partidos políticos foram extintos, inclusive a A.I.B. (Ação Integralista Brasileira) – determinação que atingiu em cheio as pretensões dos falangistas no Brasil, como veremos adiante.

Vargas também não se utilizou de milícias próprias durante o Estado Novo, como Benito Mussolini fez com os Camisas Negras italianos. Antes de seu fechamento, os camisas verdes da A.I.B. prestaram um bom serviço para Vargas em seu confronto contra os comunistas, especialmente no período da “Intentona Comunista”, o falido golpe contra Vargas liderado por Luís Carlos Prestes em 1935; posteriormente, com a proibição do partido integralista, a polícia política chefiada por Filinto Müller assumiu a função de perseguição aos opositores – o que passou a incluir a própria A.I.B., após uma tentativa de golpe de integralistas insatisfeitos contra Vargas em 1938.

E ainda com base nas características mais marcantes do fascismo, verificamos que não há em Vargas nenhuma ânsia imperialista, tão presente em Mussolini. Enquanto é possível perceber uma preocupação em ampliar as fronteiras no varguismo, trata-se especificamente das fronteiras

econômicas. Este caráter expansionista da economia fica claro quando Vargas anuncia seu plano “Rumo ao Oeste”, com foco em intensificar investimentos e povoamento no interior do Brasil. Neste momento, Getúlio Vargas chega a afirmar que não teria ambições sobre “um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras.” (Costa 2015).

Agora, passemos ao caso espanhol. Inicialmente, observando o conjunto de fatores ocasionado pelo regime franquista na Espanha, poderíamos pensar que o governo de Franco possuía todas as características de um Estado fascista sem que sobre isso pairassem grandes dúvidas; entretanto, o estudo sobre esse período também nos leva a alguns entraves para sua classificação.

Francisco Franco Bahamonde (1872-1975) foi o responsável pelo levante militar contra a Segunda República Espanhola (1931-1939) que deu início a uma sangrenta guerra civil em julho de 1936. O governo republicano representava os interesses de boa parte da esquerda espanhola e Franco se tornou o baluarte da direita tradicional, apoiado pelos monarquistas, pela Igreja Católica e pelos fascistas espanhóis – sendo estes últimos também conhecidos como a Falange Espanhola. Uma vez iniciados os conflitos, Franco buscou apoio em Mussolini e Hitler, que enviaram tropas e equipamentos para ajudar na luta contra o inimigo em comum: o comunismo. A identificação do ‘caudilho’ espanhol com a ideologia de seus aliados foi além de uma simples simpatia: Franco incorporou em seu governo – mesmo antes de sua vitória na guerra – vários pontos que o identificariam com o fascismo, além do anticomunismo. Talvez o mais emblemático destes paralelos seja a instituição, em abril de 1937, de um partido único: a Falange Espanhola Tradicionalista e das Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (*FET y de las JONS*), que englobava fascistas e demais grupos que apoiaram a sublevação militar. Essa fusão, ocorrida de forma verticalizada, fez com que falangistas e tradicionalistas tivessem que se adaptar à nova realidade imposta pelo ‘caudilho’, superando algumas divergências internas, mas visando o objetivo de se constituírem como um dos pilares na construção do Estado franquista (Peñalba-Sotorrió 2022).

O partido original, a Falange Espanhola, havia sido fundado em 1933 por José Antonio Primo de Rivera, e ao longo do tempo uniu-se a outros grupos de extrema direita. Os falangistas não eram um grupo muito numeroso antes da guerra: entretanto, ao iniciar o conflito, o alistamento em suas milícias cresceu de forma significativa, visto que muitos espanhóis se identificaram com o anticomunismo apregoado pelo partido. A prisão e posterior execução de Primo de Rivera pelos republicanos, permitiu que Franco se tornasse o novo líder do movimento e que passasse a utilizar as milícias falangistas como um braço armado na guerra civil (Thomàs 2001).

A vitória na Guerra Civil Espanhola em 1939 consolidou no governo de Franco muitas das características clássicas fascistas, além da concentração de poderes e partido único citados acima: perseguição contumaz contra os inimigos, censura, a glorificação de um passado imperialista e culto ao líder. Contudo, assim como em Vargas, há em Franco algumas características que o afastam do rótulo de fascista.

Primeiramente, o envolvimento de Franco com a Igreja Católica não encontra similaridade nos regimes fascistas de sua época, salvo se realizada uma vaga comparação com o salazarismo em Portugal (Riquer 2021). A luta contra os comunistas - ou qualquer outra derivação ideológica de esquerda - foi assimilada por Franco como uma nova cruzada contra os infiéis, ressuscitando um espírito de defesa do Cristianismo como havia ocorrido no século XV nas lutas dos Reis Católicos; desta vez, o inimigo não seriam os muçulmanos, mas o ateísmo comunista – novamente em um processo histórico de exaltação do medo e de uma vaga ideia de “segurança” a fim de servir a interesses políticos. Devido a essa exaltação religiosa, o franquismo poderia ser classificado como um estado católico (Andrés-Gallego 1997).

Outra organização que obteve um papel muito mais destacado no governo franquista do que em outros governos de sua época foi o Exército. No caso, esse destaque não seria apenas por conta de um ideal de expansionismo como ocorreu no nazismo. Franco era um militar que saiu vitorioso de uma guerra civil, e que elevou o Exército à categoria de pilar do regime franquista: os cargos em seu governo, em diferentes setores e em diversos escalões, chegaram a ser ocupados por militares em 45% do total, superando até mesmo o número de cargos atribuídos aos falangistas (Riquer 2021).

A conceptualização do franquismo é mais complexa do que o varguismo por questões inclusive temporais: afinal, Franco se manteve no poder por quase quarenta anos, e durante esse longo período seus objetivos e características ideológicas se modificaram em alguns pontos, em maior ou menor medida. Uma exemplificação desse caso se dá durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A destruição causada pela guerra civil impediu que a Espanha lutasse de forma efetiva ao lado do Eixo, mas sem deixar de ajudar aos antigos aliados: nesse período, podem ser observadas medidas tais como o fechamento de fronteiras, o envio de matéria prima para a fabricação de armas ou a criação de um grupo de voluntários para lutar na frente oriental, a Divisão Azul (Egido León 2005). Mas aos primeiros sinais de que seus antigos aliados poderiam perder a guerra, a essência fascista do regime franquista foi amenizada – inclusive afastando do primeiro escalão alguns líderes falangistas mais destacados, como forma de manter sua sobrevivência após o conflito (Moradiellos 2011).

Quando colocamos lado a lado o franquismo e o varguismo, podemos destacar entre ambos alguns aspectos mais marcantes de diferenciação. Como exposto anteriormente, de forma diversa a Franco, não há em Vargas uma exaltação ao Exército de forma extensiva; nem há em seu *staff* um número tão expressivo de militares como no caso espanhol. Outro ponto de divergência entre os dois líderes seria quanto à sua proximidade com a Igreja Católica. Franco adotou o título de *Cruzado de la fe de Cristo* e elevou o catolicismo a um nível onde Estado e religião eram profundamente próximos, como já vimos. No caso de Vargas, um positivista, é nítido que sua aproximação à Igreja Católica se trata muito mais de uma manobra política para abarcar um grupo influente na sociedade do que um interesse genuíno baseado em suas crenças e convicções pessoais.

Vale ressaltar também outros aspectos semelhantes entre os dois líderes: antes de ascender ao poder, nenhum deles fazia parte de um movimento partidário nacionalmente organizado. Franco não estava engajado no falangismo; Vargas tampouco se declarou oficialmente apoiador dos integralistas. Mas havia em ambos uma preocupação com a unidade nacional: no caso espanhol, as tentativas de separatismos regionais eram mais acentuadas, devido ao histórico de um país forjado em um crisol de várias culturas e línguas. Para garantir o ideal de unidade, as línguas regionais não castelhanas (basco, catalão, galego, etc.), ao final da guerra, foram proibidas e até mesmo perseguidas (Doppelbauer 2008).

No caso brasileiro, Vargas já havia enfrentado uma revolução em São Paulo em 1932 e ainda receava o poder das oligarquias locais, que haviam gradualmente perdido seu prestígio político desde a Revolução de 1930. Para simbolizar a unidade política, determinou-se o uso da bandeira nacional como única; houve uma cerimônia onde as bandeiras estaduais foram queimadas em praça pública em uma pira, para representar a unificação da nação sob a tutela do Estado (Oliveira 1986).

Pode-se verificar, após esta breve, porém necessária, comparação entre os dois governos, que de fato existem características que os aproximam do fascismo, mas também há peculiaridades que não podem ser ignoradas. Considerando todos os argumentos expostos acima, conclui-se que a classificação de fascistizado, e não fascista, é a que melhor se enquadra em ambos os casos. Segundo Ismael Saz (2004), “(...) a característica fundamental de um regime fascistizado é [...] sua capacidade para combinar certos elementos da rigidez própria dos fascismos com a versatilidade e capacidade de manobra dos não fascistas.”

Saz (2004) descreve a fascistização como um processo no qual a direita clássica (reacionária, conservadora, radical ou mesmo liberal) adota uma série de elementos cuja funcionalidade é claramente imputável ao fascismo, resultando em um processo dialético no qual não se obtém um

fascismo *stricto sensu* – mas, ainda assim, uma direita diferente daquela que existia antes desta confrontação com o fascismo. Ainda de acordo com este historiador, os regimes fascistizados do período estudado sintetizaram duas correntes do nacionalismo antiliberal do século passado: uma corrente que defendia um nacionalismo reacionário, e a do fascismo propriamente dito (Saz 2001).

O ponto que melhor sintonizaria essas duas ditaduras seria o anticomunismo. E, neste caso, uma guerra civil ocorrida em terras espanholas, com um profundo aspecto ideológico, serviria como um fator a mais para a aproximação entre Vargas e Franco. A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) teve suas origens ligadas a conflitos internos na Espanha que remontam a tempos muito anteriores à eclosão da guerra. Desde o século XIX, já existiam confrontos entre os interesses das classes abastadas (especialmente a oligarquia latifundiária, industriais e banqueiros) e conservadoras (Igreja, Exército e monarquistas) contra as reivindicações de operários e camponeses. Ao longo daquele período, tentativas de reformas sociais ou econômicas foram duramente reprimidas (Preston 2011).

Em 1931, nas eleições municipais, os grupos republicanos venceram a maioria dos pleitos, demonstrando a insatisfação de boa parte da população contra a monarquia, que vinha sofrendo com crises econômicas e políticas há algum tempo. O rei Alfonso XIII decidiu então abdicar do trono e partir para o exílio, atendendo às manifestações populares. O governo foi ocupado pelo grupo vencedor, que a partir dali instaurou a Segunda República Espanhola (visto que o país já havia vivido uma experiência republicana entre 1873 e 1874).

O governo republicano, através de uma nova Constituição promulgada em 1931, determinava mudanças que atingiam em cheio os grupos conservadores e as elites: laicização do Estado, reforma agrária, diminuição no efetivo do Exército, reforma educacional, dentre outros pontos relevantes que desagradaram a ala conservadora. Em 1933, grupos conservadores venceram as eleições e paralisaram as reformas. O período desse governo, entre o final de 1933 e início de 1936 seria designado pela esquerda como “biênio negro”, pois foram adotadas várias medidas para retroceder nos avanços sociais e políticos (Jackson 1999).

Em 1934, alguns grupos de esquerda se coordenaram para derrubar o governo e instaurar definitivamente um regime socialista. Assim, em Astúrias, localizada no norte do país, inicia-se um levante protagonizado pelos mineiros da região, juntamente com o operariado local. Os revoltosos conseguiram dominar algumas cidades, mas foram duramente reprimidos pelo governo; estima-se que mais de mil pessoas morreram nos conflitos (Preston 2011).

Neste clima de tensão, os espanhóis tentavam levar a vida adiante. Nas eleições de 1936, a coalisão de partidos de direita, chamada CEDA (*Confederación Española de Derechas Autónomas*) perdeu

para a coalisão de esquerdas, chamada Frente Popular. E essa nova reviravolta na política iria acirrar ainda mais os ânimos e fomentar os desejos da direita de retomar o poder. A polarização política dos espanhóis chegou a um grau bastante elevado, o que provocou muitos enfrentamentos violentos entre os populares que defendiam um ou outro grupo. O assassinato de Calvo Sotelo, um político reacionário, foi a gota d'água que faltava para o levante militar que já vinha sendo arquitetado. Assim, em 17 de julho de 1936, o general Francisco Franco iniciaria uma revolta militar, que levaria a Espanha a uma sangrenta guerra civil que dividiria o país entre “republicanos” e “nacionais”. A guerra duraria até 1 de abril de 1939, momento no qual finalmente os conflitos cessaram e Franco tomou definitivamente o poder, ali permanecendo até sua morte em 1975.

Durante a guerra e todo o seu posterior governo, Franco faria de sua luta uma cruzada contra o comunismo, e foi nesse ponto que os ideais entre ele e Vargas mais se aproximaram (como exposto anteriormente). Vargas já havia experimentado confrontos efetivos com os ideais comunistas desde a criação da ANL (Aliança Nacional Libertadora), fundada em março de 1935. A ANL foi inspirada nas frentes populares que surgiram na Europa para tentar frear o crescimento dos grupos fascistas (Pandolfi 2004), assim como aconteceu com a Frente Popular na Espanha. Com a tentativa de golpe comunista ao final de 1935, a perseguição aos comunistas no Brasil se tornou a pauta do dia do governo, sendo um dos motivadores para a implantação do Estado Novo em 1937.

Apesar dessa identificação ideológica entre ambos os governos, não houve da parte de Vargas nenhuma pressa em reconhecer a beligerância que ocorria em terras espanholas; contudo, tampouco houve ansiedade para declarar uma posição de neutralidade. O Ministro de Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, chegou a orientar Vargas para que declarasse oficialmente a neutralidade do Brasil no caso da Guerra Civil Espanhola, mas o presidente recusou este posicionamento. Sobre isso, deixou registrado em seu diário, cerca de um mês após o início do conflito espanhol: “É uma questão de política interna da Espanha que só a esta cabe intervir, não nos competindo opinar no assunto sobre o qual ninguém nos consultou.” (Vargas 1995).

Tal atitude de Vargas reflete bem o pragmatismo adotado em seu governo no que concernia à política externa brasileira; tanto que essa atitude se repetiria posteriormente na eclosão da Segunda Guerra Mundial, quando adiaria ao máximo um posicionamento oficial do Brasil em relação ao conflito. Mas a prudência de Vargas quanto a um reconhecimento ou não do conflito espanhol tinha um motivo bastante considerável: o posicionamento dos Estados Unidos. Naquele período, a política externa brasileira se encontrava mais voltada para o continente americano do que para o europeu, e Vargas não queria se antecipar – tomando, portanto, uma atitude reticente frente ao

reconhecimento do conflito na Espanha. Mas esse episódio requereu uma certa paciência por parte da chancelaria brasileira, pois os Estados Unidos aprovariam uma lei nesse sentido somente em abril de 1937. Atento ao que acontecia na Guerra Civil Espanhola, o Congresso dos Estados Unidos aprovaria nova Lei de Neutralidade que dava ao chefe do Executivo poderes para obstaculizar a venda de material bélico a qualquer país em estado de beligerância ou então envolvidos em guerras civis (Bosch 2013).

Entretanto, o fato de aguardar um posicionamento oficial dos Estados Unidos para se pronunciar publicamente sobre a guerra espanhola não impediu Vargas de atuar extraoficialmente no caso. Em outubro de 1936, Franco enviou uma carta a Vargas diretamente de Salamanca (sede de seu quartel general) agradecendo-lhe o envio de café e açúcar para as tropas que estavam lutando contra as “hordas marxistas”. Afirmava que a Espanha estava ligada ao Brasil por “vínculos espirituais e afetivos”. E dizia ainda que, atendendo ao pedido de Vargas, a doação seria mantida “dentro da mais estrita reserva” (Venturini 2016).

Curiosamente, Vargas também enviou donativos de café para a Segunda República Espanhola (Venturini 2016), então governada por Francisco Largo Caballero, fazendo jus ao seu pragmatismo. Apesar do gesto solidário aos republicanos, Vargas manteria sua postura de apoio velado ao grupo de Franco, os ‘nacionais’. No Brasil havia núcleos de imigrantes espanhóis espalhados por praticamente todo o território (Llordén Miñambres 1992), e onde seguramente reverberaria, em maior ou menor grau, a polarização política que acontecia na Espanha. Antevendo-se a este fato, o governo brasileiro controlaria as informações vindas daquele país, e essa censura seria ainda mais intensa a partir da implantação do Estado Novo. O poeta Carlos Drummond de Andrade, apesar do controle oficial, conseguiu publicar um poema chamado “Notícias de Espanha”, onde criticava a falta de notícias sobre o conflito (Meihy 1996).

As relações diplomáticas entre os dois países não eram de grande profundidade naquele período, sendo mais fundamentadas em laços históricos e culturais do que em interesses econômicos ou estratégicos (Souza 2009). A representação diplomática da Espanha no Brasil havia sido elevada à categoria de embaixada somente em 1933, durante o governo da Segunda República Espanhola. Ademais, o número de diplomatas era reduzido – reflexo do controle de gastos do governo espanhol na época (Tabanera 1988). Apesar da existência da embaixada oficial da Espanha no Rio de Janeiro, Vargas facilitaria a atuação dos representantes extraoficiais do governo franquista no Brasil. Quando a guerra civil começou, o corpo diplomático espanhol presente nos países sul-americanos se dividiu, e os que eram favoráveis aos ‘nacionais’ implantaram representações que não eram oficialmente reconhecidas pelos governos locais (Tabanera 1996), processo que se repetiu

no Brasil. Apesar da ilegalidade, esses representantes não tiveram dificuldades em ter acesso às autoridades brasileiras e, com a anuência das mesmas, promoviam *meetings* em apoio à causa franquista e até mesmo arrecadação de donativos. Por outro lado, os representantes oficiais do governo espanhol relataram diversas dificuldades em efetuar as mesmas ações, já que não encontraram nas autoridades brasileiras a mesma disposição e facilidades que estas apresentavam para seus adversários (Venturini 2016).

Também o partido fascista espanhol, a Falange Espanhola, pôde contar com a colaboração das autoridades brasileiras para atuar no país em sua busca por simpatizantes ao bando nacional entre os membros da comunidade espanhola e entre brasileiros. A Falange conseguiu instalar representações no Rio de Janeiro, São Paulo e em algumas cidades no Rio Grande do Sul, mas tiveram pouco tempo para atuar de forma efetiva.

Em abril de 1938, como continuidade da medida de extinção dos partidos políticos no Brasil quando da implantação do Estado Novo, Vargas proibiu os partidos políticos estrangeiros, o que estrangulou a atividade política falangista. Entretanto, durante o período em que o partido esteve atuante, os registros das atividades dos falangistas comprovam que estes obtinham facilidades do governo brasileiro (Venturini 2006), o que demonstra que Vargas não manteve uma neutralidade tão efetiva quanto apregoava.

Os conflitos dentro do território espanhol encerraram-se oficialmente no dia 1º de abril de 1939. Poucos meses antes, a derrota dos republicanos já era evidente. Assim, mesmo antes do encerramento oficial do conflito, muitos países já vinham gradativamente reconhecendo Franco como vencedor da guerra. Em março do mesmo ano, o Brasil reconheceu o Governo Nacional de Espanha como o representante legítimo do povo espanhol.

Neste episódio, mais uma vez, Vargas não deixou de lado sua política exterior, sempre atento aos movimentos dos demais países - especialmente no caso do Estados Unidos. O Brasil reconheceu oficialmente o governo franquista poucos dias antes dos estadunidenses, mas somente depois da França e da Inglaterra. Portugal, governado por Salazar, já havia reconhecido o Governo de Burgos (sede administrativa do governo de Franco) como vencedor da contenda desde maio de 1938 (Gómez de las Heras 1992).

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939, Vargas teve que adotar a estratégia política de conter sua simpatia em relação aos governos autoritários europeus, especialmente depois de sua aproximação em relação aos Estados Unidos e devido à participação direta do Brasil no conflito, com o envio de tropas da Força Expedicionária Brasileira em 1944. Em 1945 Vargas foi retirado do poder, mas voltaria em 1951 através de eleições - e desta vez as características

democráticas de seu governo seriam exaltadas, em uma tentativa de apagar o passado ditatorial. Mas mesmo com essa nova roupagem, algumas simpatias com o autoritarismo não se esvaíram do varguismo. Em junho de 1952, o general Francisco Franco condecorou Vargas com o colar da Ordem de Isabel a Católica, uma das mais importantes homenagens do governo espanhol (Nieto Sánchez 2015). No decreto citado, Franco justificaria a homenagem ao presidente brasileiro como “prova de apreço”.

Os dois governos manteriam relações amistosas, até que o suicídio de Vargas interrompesse essa trajetória. As relações entre Brasil e Espanha, além de aspectos culturais e econômicos, também ficaram marcadas por proximidades ideológicas em um período no qual os extremismos eram intensos. Repensar essa proximidade quando o fascismo completa cem anos de sua mais famosa implantação - a Marcha sobre Roma - é fundamental para mergulharmos um pouco mais nos fatores que levaram esses dois governantes a se sintonizarem mutuamente, apesar de suas diferenças.

Referências bibliográficas

Agamben, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Alcázar, Joan del (et al.). *Història Contemporània d'Amèrica*. Valencia: Ed. UIB, 2000.

Andrés-Gallego, José. *¿Fascismo o Estado católico? Ideología, religión y censura em la España de Franco (1937-1941)*. Madrid: Ediciones Encuentro, 1997.

Bosch, Aurora. “Entre la democracia y la neutralidad: Estados Unidos ante la Guerra Civil española”. *Revista Ayer*, 2, n. 90 (2013).

B.O.E. 1952. “Boletín Oficial del Estado”. https://www.boe.es/diario_gazeta/comun/pdf.php?p=1952/06/30/pdfs/BOE-1952-182.pdf

Brasil. 1937. “Constituição dos Estados Unidos do Brasil”. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm

Costa, Julio Cesar Zorzenon. “Deslocamentos Populacionais no Primeiro Governo Vargas: Nacionalismo e Intervencionismo Estatal”. *Congresso Brasileiro de História Econômica*, volume 11. 2015.

CPDOC/FGV (Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas). 1936. “Carta de Francisco Franco a Getúlio Vargas agradecendo o envio de sacas de café e de açúcar para suas tropas (Vol. XXIV/44). Salamanca, 26/outubro/1936”. <https://docvirt.com/docreader.net/CorrespGV2/7898>

Doppelbauer, Max. “La Constitución y las lenguas españolas”. In: DOPPELBAUER, Max; Cichon, Peter (eds.). *La España multilingüe. Lenguas y políticas lingüísticas de España*. Viena: Praesens Verlag (2008): 21-30.

Egido León, Ángeles. “Franco y la Segunda Guerra Mundial. Una neutralidad comprometida”. *Ayer* (2005): 103-124.

Entrena-Durán, Francisco. “Los populismos y la formación del Estado-nación em América Latina”. *Anuario de Estudios Americanos*. Tomo LIII-1. Sevilla (1996): 101-121 <https://doi.org/10.3989/aeamer.1996.v53.i1.434>

Gómez de las Heras Hernández, Soledad. “Portugal ante la Guerra Civil Española. *Espacio, Tiempo y Forma*, serie V, Hª Contemporánea, tomo V, 1992. <https://doi.org/10.5944/etfv.5.1992.2759>

Griffin, Roger. *Fascism*. Oxford: University Press, 1995.

Jackson, Gabriel. *La República Española y la Guerra Civil*. Barcelona: Ed. Crítica, 1999.

Kogan, N. “El fascismo como sistema político”. Em S. J. Woolf *La naturaleza del fascismo*. México, DF: Editorial Grijalbo, 1974, 17-24. <https://doi.org/10.1108/eb022358>

Llordén Miñambres, Moisés. “Las asociaciones españolas de emigrantes”. Em *Arte, cultura y sociedad en la emigración española a América*, María Cruz Morales Saro, y Moisés Llordén Miñambres (eds). Oviedo: Universidad, 1992.

Meihi, José Carlos Sebe Bom e Claudio Bertolli Filho. *A Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

Moradiellos, Enrique G. *El Franquismo (1936-1975): Cuarenta años de la historia de España*. Colección Conferencias e cuadernos, no. 7. Llerena: Sociedad Extremeña de Historia, 2011.

Nieto Sánchez, Carlos. “Ante una Efeméride: El Bicentenario de la Fundación de la Orden de Isabel La Católica”. *Hidalguía*. Año LXI 2015. Núm. 369. P. 445. P. 433-448.

Oliven, Ruben George. “O nacional e o regional na construção da identidade brasileira.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 1.2 (1986): 68-74.

Pandolfi, Dulce Chaves. “A Aliança Nacional Libertadora e a Revolta Comunista de 1935.” (2004). https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11976/2/Dulce%20Chaves%20Pandolfi%20-%20A%20Alian%C3%A7a%20Nacional%20Libertadora%20e%20a%20Revolta%20Comunista%20de%201935_P.pdf

Payne, Stanley G. *El Fascismo*. Barcelona: Ediciones Altaya, 1996.

Peñalba-Sotorrío, Mercedes. “FET y de las JONS como fuente de disenso en el Franquismo a la luz del concepto Resistenz”. *Ayer. Revista de Historia Contemporánea* 126 (2022): 1-28. <https://doi.org/10.55509/ayer/814>

Perfecto García, Miguel Ángel. “El nacionalismo franquista. Catolicismo, antiliberalismo, fascismo”. *Cliocanarias*, n. 3 (2021): 1-43. <https://doi.org/10.53335/cliocanarias.2021.3.09>

Preston, Paul. *El holocausto español: odio y exterminio en la Guerra Civil y después*. Barcelona: Ed. Debate, 2011.

Preston, Paul. *La Guerra Civil española: reacción, revolución y venganza*. Barcelona: Debolsillo Ed., 2011.

Riquer, Borja de. “La dictadura de Franco”. Em FONTANA, Josep e VILLARES, Ramón (dir.). *Historia de España*, vol. 9. Barcelona: Ed. Planeta, 2021.

Rosenfield, Luis e Alberto Vespasiani. “Fascismo tropicale’, ovvero la recezione della dottrina fascista italiana nel Brasile dell’Estado Novo di Vargas”. In: BIROCCHI, Italo et al. *La Costruzione Della ‘Legalità’ Fascista Negli Anni Trenta*. Revista *La Cultura Giuridica. Testi di Scienza, Teoria e Storia del Diritto*, n. 9 (2020): 449-461.

Saz, Ismael. *Fascismo y Franquismo*. Valencia: Ed. Universitat de València, 2004.

Saz, Ismael. “Franco, ¿caudillo fascista?. Sobre las sucesivas y contradictorias concepciones falangistas del caudillaje franquista”. *Historia y Política*. núm. 27. Madrid: Ed. Universidad Complutense de Madrid, 2012, p. 27-50.

Saz, Ismael. “Paradojas de la historia, paradojas de la historiografía. Las peripecias del fascismo español”. *Hispania*, 61(207). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), 2001, p. 143–176.

Saz, Ismael. *Mussolini contra la II República*. Valencia: Eds. Alfons El Magnànim, 1986, p. 138-145.

Souza, Ismara Izepe de. 2009. *Caminhos que se cruzam: relações históricas entre Brasil e Espanha (1936-1960)*. 2009. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Tabanera, Nuria. “Ilusiones y desencuentros: la acción diplomática republicana en Hispanoamérica (1931-1939)”. Madrid: Fundación Centro Español de Estudios de América Latina/CEDEAL, 1996.

Tabanera, Nuria. “Las dotaciones presupuestarias de la Segunda República española para el servicio diplomático en Hispanoamérica, 1931-36: embajadas, legaciones y consulados”. *Quinto centenario*, n. 14 (1988): 105-118.

Thomàs, Joan Maria. *La Falange de Franco. El proyecto fascista del Régimen*. Barcelona: Plaza & Janés Ed., 2001.

Vargas, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

Venturini, Eliane. “Republicanos y rebeldes más allá de las fronteras: Brasil y la Guerra Civil Española”. Tese de doutorado. Valencia. Universitat de València, 2016.

Venturini, Eliane. “Falange Espanhola no Brasil”. *Revista Ponto De Vista*, vol. 3, nº 1 (2006): 55-62.

Recebido: 14 de abril de 2022

Aprovado: 30 de junho de 2022